

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4491, de 1998

(apenso PL nº 2375, de 2000)

Dispõe sobre o armazenamento de botijões de gás liquefeito de petróleo-GLP e dá outras providências.

Autor: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

Relator: Deputado LUCIANO ZICA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.491, de 1998, de iniciativa do nobre Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ, dispõe sobre as instalações destinadas ao armazenamento, à comercialização, ao manuseio e ao transporte dos recipientes de gás liquefeito de petróleo – GLP, em todo o território nacional.

Além de trazer uma série de especificações técnicas a serem observadas pelos locais de armazenamento de GLP e pelas empresas que transportam botijões, a proposição proíbe que o armazenamento seja feito onde se comercializem produtos perigosos como álcool, gasolina, óleo diesel, artefatos de borracha e plástico, entre outros. Cuida, ainda de instituir penalidades administrativas para os estabelecimentos que deixarem de observar as exigências ali previstas.

Na justificção apresentada, argumenta o autor, em síntese, que a precariedade dos botijões comercializados tem sido agravada pelo crescimento da informalidade e clandestinidade do comércio de GLP, deixando o consumidor sem garantia de segurança sobre as condições dos vasilhames. Ademais, segundo o ali exposto, nos últimos anos tem sido crescente o número de acidentes com GLP, o que colocaria em evidência a vulnerabilidade das



1F1B7B1445

instalações de armazenamento e comercialização de botijões, com risco para trabalhadores e consumidores.

Apensado a este, o Projeto de Lei nº 2.375, de 2000, de iniciativa do nobre Deputado POMPEO DE MATTOS, proíbe a venda de botijões de GLP em postos de gasolina, veda sua comercialização por empresa que exerçam atividade alheia às atinentes ao Setor de Distribuição de GLP e torna proibida a “implantação de sistema de ‘caução’ nos botijões”.

A matéria foi distribuída para exame de mérito à Comissão de Minas e Energia, mas não chegou a receber o devido parecer, tendo o Presidente da Câmara, em face do esgotamento do prazo regimental para o pronunciamento do referido órgão técnico, determinado, a requerimento do autor, o encaminhamento do processo desde logo a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com fundamento no que dispõe o art. 52, § 6º, do Regimento Interno.

Aberto o prazo regimental nesta Comissão, foram recebidas duas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete pronunciar-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação, nos termos do art. 32, inciso IV, letra a, do Regimento Interno.

As proposições em foco, atendem aos requisitos constitucionais formais, cuidando de matéria pertinente à competência legislativa da União e às atribuições normativas do Congresso Nacional, nos termos do que



prevêem os artigos 22, IV, 24, VIII e 48, *caput*, todos da Constituição Federal. Não havendo reserva de iniciativa legislativa sobre o tema, revela-se legítima a apresentação dos projetos por parte de parlamentares.

Quanto ao conteúdo, parece-nos que apenas o art. 18 do Projeto de Lei nº 4491/98 e o art. 2º do Projeto de Lei nº 2375, de 2000, não se compatibilizam com as normas constitucionais vigentes. O primeiro, por impor ao Poder Executivo prazo para exercer atribuição que é de sua competência privativa; o segundo, por afrontar, a nosso ver, o princípio do livre exercício de qualquer atividade econômica, inscrito no art. 170 da Constituição Federal, ao impedir que empresas que exerçam atividade alheia às atinentes ao setor de distribuição de GLP possam comercializar botijões.

No que respeita aos aspectos de juridicidade, tomamos a liberdade de trazer a lume as observações contidas no parecer apresentado pelo então Deputado Ivânio Guerra, Relator da matéria na Comissão de Minas e Energia, cujo trabalho, embora não tenha chegado a ser apreciado naquele órgão técnico, parece-nos trazer importantes esclarecimentos a respeito.

Após relatar que, há alguns anos, o número de acidentes graves com botijões de gás crescia de forma vertiginosa no País, denunciando, por um lado, certa falta de atenção das autoridades fiscalizadoras para com o problema e, por outro, a desinformação dos consumidores sobre o uso correto de produto tão potencialmente perigoso, apontava o então relator que tudo isso poderia ser creditado à falta, na época, de uma legislação adequada que disciplinasse de forma eficiente a matéria. Essa situação, entretanto, já teria sido completamente superada após a edição da Lei nº 9.478, de 1998, que criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e estabeleceu a regulamentação do setor.

Além disso, apontava o então Relator, no referido parecer, que a Medida Provisória nº 1.761-13, então em vigor, a par de oferecer suporte legal para a fiscalização a ser levada a cabo no setor de combustíveis no País, estipulava pesadas multas e outras sanções para os transgressores. Concluía, finalmente, que em face da regulamentação já em vigor, as preocupações que



justificaram a apresentação dos projetos em foco já se encontravam atendidas não só pela referida MP como de resto pelas demais portarias, resoluções e normas técnicas da Agência Nacional do Petróleo para o setor de combustíveis.

Ora, a medida provisória a que se referia o Relator da matéria na Comissão de Minas e Energia transformou-se em lei, hoje em pleno vigor: trata-se da Lei nº 9.847, de 1999, que “Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas e dá outras providências”. Estando em vigor, igualmente, toda a série de portarias, resoluções e demais normas técnicas da ANP, parece-nos que, tal como concluiu o Relator da matéria na comissão que deveria ter se pronunciado sobre o mérito, as preocupações que justificaram a apresentação dos projetos ora em exame não fazem mais nenhum sentido em face do ordenamento jurídico hoje em vigor, já havendo o assunto merecido por parte do poder público o devido tratamento normativo legal e regulamentar.

Em face de todo o aqui exposto, concluímos nosso voto no sentido da constitucionalidade parcial e da injuridicidade dos Projetos de Lei nºs 4.491, de 1998 e 2.375, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado LUCIANO ZICA
Relator



1F1B7B1445